

**ACTA NÚMERO 02/XII/1ª SL**

**19 Julho.2011 – 15h00**

Aos 19 dias do mês de Julho de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação das actas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Projecto de Resolução nº 21/XII/1ª – BE - Recomenda ao Governo que publique o novo regime de atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior conforme a Lei n.º 15/2011**

- **Discussão em Comissão**

**5. Projecto de Regulamento Interno da Comissão**

- **Apreciação e votação**

**6. Propostas de Plano de Actividades da Comissão**

- **Apreciação e debate**

**7. Audição dos representantes da Candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade – 16h00**

**8. Petição nº 176/XI/2ª – Grupo Pensar Odivelas - Solicitam à Assembleia da República as medidas adequadas tendentes à abertura ao público, aos sábados, domingos e feriados, do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas)**

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator – A indicar pelo PSD**

**9. Petição nº 178/XI/2ª - Associação de Professores de História - Em favor do Ensino da História**

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator – A indicar pelo PS**

**10. Petição nº 180/XI/2ª – Mário Caneva Magalhães Moutinho – Solicitam a alteração do regime de agência de avaliação e acreditação do ensino superior e da avaliação em geral**

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator – A indicar pelo PSD**

**11. Petição nº 181/XI/2ª – Marco Neves da Silva – Pedido de acesso generalizado aos processos administrativos de atribuição de bolsas de doutoramento**

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator – A indicar pelo PSD**

**12. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Ministro da Educação e Ciência para clarificação de um conjunto de aspectos políticos no âmbito da Educação**

- **Apreciação e votação**

**13. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Secretário de Estado da Cultura sobre a situação na Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

- **Apreciação e votação**

**14. Outros Assuntos**

**15. Data da próxima reunião**

**Dia 26.Julho.2011 – 15h00**

-----

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Sra. Deputada Rita Calvário (BE) solicitou a antecipação da apreciação dos pontos 12 e 13, propondo que passassem a pontos 7 e 8.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**2. Aprovação das actas**

As actas da reunião da Comissão de 06 de Julho e da reunião da Mesa e Coordenadores, realizada em 12 de Julho, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

**3. Comunicações do Presidente**

- 3.1.** O Sr. Presidente referiu-se à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, no sentido da constituição de uma Subcomissão para o acompanhamento e intervenção nas matérias relativas à política cultural.

Após a intervenção do Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), e carecendo esta deliberação de decisão da Sra. Presidente da Assembleia da República, o Sr. Presidente propôs levar este assunto à Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares.

- 3.2.** Referiu-se também ao programa Parlamento dos Jovens e à proposta apresentada, pelo Presidente da 12ª Comissão, na última Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, no sentido de uma eventual partilha do programa com a 8ª Comissão.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Rita Rato (PCP), considerou-se que o programa, pelo seu âmbito, objectivos e funcionamento, deverá manter-se uma competência exclusiva da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, podendo a 12ª Comissão apresentar uma proposta de melhoria do programa, visto ocupar-se das matérias relativas às relações entre os cidadãos e o Parlamento.

O Sr. Presidente lembrou ainda que foram distribuídos os relatórios sobre a execução do programa em 2010/2011 e as propostas para a edição 2011/2012, pelo que sugeriu aos Grupos Parlamentares uma reflexão e eventual consensualização sobre os temas da próxima edição, para deliberação na reunião de 26 de Julho.

- 3.3.** No que se refere ao processo legislativo, o Sr. Presidente transmitiu as seguintes informações:

- Baixou à Comissão o Projecto de Resolução n.º 22/XII/1ª, do BE, que “Recomenda ao Governo que proceda à suspensão do actual modelo de avaliação do desempenho docente”, tendo o BE solicitado a sua discussão em Plenário.
- Baixou à Comissão o Projecto de Lei n.º 6/XII/1ª, do BE, que “Estabelece um regime especial de Segurança Social e de reinserção profissional para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado”. Este Projecto de Lei baixou também à Comissão de Segurança Social e Trabalho, sendo esta a competente. Cabendo ao PSD a indicação do relator, foi designada a Sra. Deputada Maria da Conceição Pereira.
- Baixou à Comissão o Projecto de Lei n.º 07/XII/1ª, do BE, que “Clarifica o conceito de promotor, previsto no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado”, sendo competente a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. Cabe ao PS a indicação de relator.
- Baixaram à Comissão os Projectos de Lei n.º 12/XII/1ª, do PCP, que “Revoga o actual Regime de Avaliação de Desempenho dos Docentes e anula a produção dos efeitos resultantes do ciclo 2009/2011” e n.º 13/XII/1ª, do BE, que “Suspende o processo de avaliação do desempenho e estabelece a não inclusão dos resultados da avaliação

de desempenho docente para efeitos de graduação dos candidatos aos concursos para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário”.

Tratando-se de duas iniciativas sobre a mesma temática, foi decidido designar um único relator, tendo sido indicado o Sr. Deputado Acácio Pinto (PS). A apreciação dos pareceres em Comissão realizar-se-á na reunião de 26 de Julho, encontrando-se agendada para o dia seguinte a sua discussão em Plenário.

**3.4.** O Sr. Presidente transmitiu ainda as seguintes informações sobre as petições que transitaram da anterior legislatura:

- Na reunião da Mesa e Coordenadores de 12 de Julho, foi decidido manter as Petições nºs 155/XI, 156/XI e 159/XI nos Grupos Parlamentares a quem estavam distribuídas, fora da grelha de distribuição (têm todas um número de subscritores superior a 4000, tendo sido já ouvidos os respectivos peticionários e solicitadas informações à então Ministra da Educação, não se tendo recebido resposta). Entretanto, a Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) discordou deste procedimento, pelo que as petições serão atribuídas ao Grupo Parlamentar a quem estavam distribuídas, mas na lista de distribuição de petições da presente Legislatura.
- Foi ainda decidido solicitar informações ao Ministro da Educação e Ciência sobre as mesmas.
- Em relação à Petição nº 127/XI/2ª, da Associação Recreativa e Cultural de Músicos, que transitou da 12ª Comissão, e pese embora tenha sido recebida resposta da Ministra da Cultura, foi decidido apreciar o respectivo parecer apenas na primeira reunião de Setembro, tendo sido indicada como relatora a Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD).

**4. Projecto de Resolução nº 21/XII/1ª – BE - Recomenda ao Governo que publique o novo regime de atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior conforme a Lei n.º 15/2011**

A Sra. Deputada Rita Calvário apresentou o Projecto de Resolução, tendo intervindo, de seguida, os Srs. Deputados Rui Jorge Santos e Pedro Alves (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Rita Rato (PCP) e Michael Seufert (CDS-PP).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

**5. Projecto de Regulamento Interno da Comissão**

Foi apreciado o projecto de Regulamento da Comissão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Foram ainda aprovadas as grelhas de tempo para as audições dos membros do Governo, que serão incluídas no Regulamento interno da Comissão. A primeira audição terá uma duração de 166 minutos, dispondo o membro do Governo de 10 minutos para uma intervenção inicial. Nas restantes audições regimentais, utilizar-se-á uma grelha de 156 minutos, cabendo ao maior partido da oposição iniciar o debate. As audições por requerimento dos Grupos Parlamentares terão uma grelha de 126 minutos.

## **6. Propostas de Plano de Actividades da Comissão**

O Senhor Presidente propôs a marcação, para o dia 21 de Julho, às 10h00, de uma reunião da Mesa e Coordenadores, para apreciação das propostas para o Plano de Actividades. Esta sugestão mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares presentes.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou duas propostas para integrarem o Plano de Actividades: A realização de uma audição pública sobre a rede de teatros e cineteatros e de uma audição sobre a rede de bibliotecas públicas.

## **7. Audição dos representantes da Candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade – 16h00**

Em representação da Candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade, estiveram presentes e entrevistaram: a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Dra. Catarina Vaz Pinto, o Prof. Doutor Rui Vieira Nery, o Sr. Carlos do Carmo e a Dra. Sara Pereira, Directora do Museu do Fado.

Além do Sr. Presidente, entrevistaram na audição os seguintes Srs. Deputados: Miguel Tiago (PCP), Michael Seufert (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS), Conceição Pereira (PSD), Catarina Martins (BE), Pedro Saraiva (PSD) e Gabriela Canavilhas (PS).

A gravação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

## **8. Petição nº 176/XI/2ª – Grupo Pensar Odivelas - Solicitam à Assembleia da República as medidas adequadas tendentes à abertura ao público, aos sábados, domingos e feriados, do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas)**

A Nota de Admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e PEV.

Cabendo ao PSD a indicação de relator, foi designada a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt, que apresentará o relatório na primeira reunião do mês de Setembro.

## **9. Petição nº 178/XI/2ª - Associação de Professores de História - Em favor do Ensino da História**

A Nota de Admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e PEV.

Cabendo ao PS a indicação de relator, foi designado o Sr. Deputado Carlos Enes, encontrando-se a apreciação do relatório agendada para a primeira reunião do mês de Setembro.

**10. Petição nº 180/XI/2ª – Mário Caneva Magalhães Moutinho – Solicitam a alteração do regime de agência de avaliação e acreditação do ensino superior e da avaliação em geral**

A Nota de Admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e PEV.

Cabendo ao PSD a indicação de relator, foi designado o Sr. Deputado Duarte Marques, encontrando-se a apreciação do relatório agendada para a primeira reunião do mês de Setembro.

**11. Petição nº 181/XI/2ª – Marco Neves da Silva – Pedido de acesso generalizado aos processos administrativos de atribuição de bolsas de doutoramento**

A Nota de Admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e PEV.

Cabendo ao PSD a indicação de relator, foi designada a Sra. Deputada Nilza de Sena, encontrando-se a apreciação do relatório agendada para a primeira reunião do mês de Setembro.

**12. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Ministro da Educação e Ciência para clarificação de um conjunto de aspectos políticos no âmbito da Educação**

Foram discutidos, conjuntamente, os requerimentos constantes dos pontos 12 e 13.

O Sr. Presidente colocou à consideração dos presentes uma proposta de calendário para as audições dos membros do Governo, em que se indica a data de 2 de Agosto para a primeira audição do Ministro da Educação e Ciência e a de 26 de Julho para a audição do Secretário de Estado da Cultura, o que permitiria cruzar os requerimentos com a audição regular.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) não se opôs à proposta de conjugação dos requerimentos com as audições regimentais, considerando, no entanto, que esta não deverá ser uma prática a seguir em futuras situações, uma vez que a aprovação de requerimentos deve exigir a vinda do respectivo membro do Governo à Comissão.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) referiu-se ao interesse e urgência em ouvir o Sr. Secretário de Estado da Cultura sobre a situação na Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012, face aos últimos acontecimentos tornados públicos.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou que os membros do Governo devem explicar aos Deputados, na primeira audição, as principais linhas do Programa do Governo, as estratégias e prioridades, entendendo que a questão da Guimarães – Capital Europeia da Cultura poderá enquadrar-se neste pressuposto.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) considerou que o objectivo do PCP e do BE, de ouvir o Governo, com a maior brevidade possível, será alcançado, com o agendamento de audições para as próximas semanas, permitindo, desta forma, o esclarecimento de todas as questões formuladas nos respectivos requerimentos.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que, estando previstas as audições regulares dos membros do Governo para as próximas semanas, os requerimentos não deverão sobrepor-se, pelo que propôs o adiamento da votação dos requerimentos.

Assim, a votação deste requerimento foi adiada para a reunião da Comissão de 26 de Julho, ficando o Senhor Presidente de confirmar com o Governo as datas acima propostas.

Embora reconhecendo o direito de os Grupos Parlamentares solicitarem o adiamento das votações, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou o seu desacordo em relação a este adiamento.

Por último, foi consensualizada a grelha de tempos para a primeira audição dos ministros, que prevê uma intervenção inicial do membro do Governo, a que se seguirá o maior partido da oposição.

### **13. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Secretário de Estado da Cultura sobre a situação na Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

O requerimento foi discutido, conjuntamente, com o requerimento constante do ponto anterior.

A votação do requerimento foi adiada para a reunião da Comissão de 26 de Julho.

### **14. Outros Assuntos**

### **15. Data da próxima reunião**

**Dia 26.Julho.2011 – 15h00**

A reunião foi encerrada às 18:54 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 Julho 2011

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Acta aprovada na reunião da Comissão de 26 de Julho de 2011.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Jorge  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rita Calvário  
Rui Jorge Santos  
Carlos Zorrinho  
Catarina Martins  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Elza Pais  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Manuel Meirinho Martins  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria Manuela Tender  
Miguel Coelho  
Nuno Encarnação  
Pedro Alves  
Pedro Saraiva  
Rita Rato  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia





Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

## Informação

Projecto de Resolução n.º 21/XII (1ª) –  
(GP/BE)

Discussão ocorrida nos  
termos do art.º 128.º n.º1  
do RAR, em reunião da  
Comissão de 19/07/2011

---

[Recomenda ao Governo que publique o novo regime de atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior conforme a Lei n.º 15/2011.](#)

1. Oito Deputados do Grupo Parlamentar do BE tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 21/XII (1.ª) – (GP/BE), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 11 de Julho de 2011, tendo sido admitido a 14 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. A discussão do Projecto de Resolução n.º 21/XII (1.ª) – (GP/BE) ocorreu nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Rita Calvário (BE) apresentou o Projecto de Resolução, chamando a atenção para o vazio legal existente em Portugal, a pouco menos de dois meses do início do ano lectivo de 2011-2012, por força da promulgação da Lei n.º 15/2011, de 3 de Maio, que retira as bolsas de estudo e de formação no âmbito da acção social para efeitos de verificação da condição de recursos.

Assim, considera urgente que o Governo publique um novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e respectivas normas técnicas, de modo a permitir o acesso às bolsas de acção social em tempo útil, evitando criar condições que impeçam que muitos estudantes frequentem o ensino superior. Por outro lado, defendeu a necessidade de publicação de um novo regime, que garanta que nenhum estudante abandona o ensino superior por motivos de carência económica.

Neste sentido, recomenda-se ao Governo, a publicação de um novo regime de atribuição de bolsas de acção social a estudantes do ensino superior até ao final do mês de Julho e que esse regime permita, em síntese, manter e alargar o universo de bolseiros, incluir os estudantes imigrantes e os estudantes dos 2º e 3º ciclos de Bolonha; criar uma regra para o apoio à deslocação de estudantes que se encontrem em estágio curricular e evitar a exclusão de estudantes em função do regime transitório em vigor e da ausência de informação que tem havido.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) considerou que o PSD e o CDS-PP não foram consequentes, ao aprovarem uma alteração ao Decreto-Lei nº 70/2010, criando um vazio legal, que impediu a abertura, até ao momento, dos procedimentos para as novas candidaturas a bolsas. Entendeu ainda que a legislação que irá ser aprovada por este Governo será ainda mais restritiva que a anterior. Referiu-se também ao acréscimo de beneficiários registado no ano anterior e ao aumento do valor da bolsa dos estudantes carenciados. Acrescentou, por último, não se ter registado um aumento de cancelamentos de matrícula em relação aos anos anteriores.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) assegurou que este Governo não adoptará o mesmo procedimento que o anterior, apesar de ter iniciado funções há pouco, adiando que o próximo ano lectivo terá início com um regulamento já em vigor, de acordo com os princípios aprovados pela Assembleia da República. Adiantou ainda que o orçamento previsto será aplicado na íntegra, a tempo e de forma justa. Aludiu, por último, ao Projecto de Resolução nº 395/XI, do PSD, que resume o entendimento do seu Grupo Parlamentar sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) chamou a atenção para o elevado número de estudantes que perderam a bolsa – cerca de 11.000 – e mais de 12.000 que viram o seu valor reduzido. Salientou os atrasos registados no presente ano lectivo, considerando este um problema político e não técnico. Fez ainda alusão à degradação de vida dos estudantes, por via dos cortes, quando existiam condições financeiras para garantir a manutenção ou até o aumento das bolsas, uma vez que foi executado apenas 63,3% do Orçamento. Alertou ainda para o problema de análise das candidaturas, considerando que tenderá a agudizar-se, por força da redução de recursos humanos na Administração Pública. Por último, alertou para a necessidade de alterar a lei da acção social escolar, no sentido do alargamento do universo dos bolseiros e do aumento do valor das bolsas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou muito positiva a alteração ao Decreto-Lei nº 70/2010, aprovada na Assembleia da República, na Legislatura anterior, entendendo que permitiu corrigir uma questão muito penalizadora e injusta para as famílias. Defendeu ainda que o Governo anterior deveria ter avançado com um novo regulamento de bolsas, assegurando, contudo, que este problema será solucionado em tempo útil. Adiantou ainda que o PS terá de explicar se ficou assegurada a totalidade da verba para a acção social escolar.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que a Lei nº 15/2011 corresponde a uma alteração de paradigma, dada a exigência de novos critérios que introduz. Fazendo alusão às propostas apresentadas, na anterior Legislatura, pelo seu Grupo Parlamentar, através do Projecto de Resolução nº 440/XI, defendeu que é indispensável uma revisão dos serviços de acção social escolar. Referiu-se, de seguida, ao Decreto-Lei nº 70/2010, e à preocupação que esteve na sua origem, no sentido de mais dar a quem mais necessita, considerando que se registou um aumento da bolsa de muitos estudantes, no ano anterior.

4. O Projecto de Resolução n.º 21/XII (1.ª) – (GP/BE) foi objecto de discussão na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em reunião de 19 de Julho de 2011.
5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 26 de Julho de 2011

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(José Ribeiro e Castro)**